

EMIGRAR É PRECISO

João Rua*

Este artigo aborda o processo emigratório português enfatizando a expansão das famílias, abrindo verdadeiras redes de parentesco, tendo como centro uma pequena aldeia do Norte de Portugal. Pretende-se, a partir das causas estruturais, demonstrar as razões de saída da população portuguesa, e como Portugal transformou-se, recentemente, num país de imigração. Assim, se emigrar sempre foi necessário, parece, nas condições atuais, deixar de o ser.

UM PAÍS MARCADO PELA EMIGRAÇÃO

Diversos fatores podem explicar o reduzido crescimento vegetativo da população portuguesa. Até meados do século XVII, as diversas epidemias, as crises de fome, as frequentes guerras e o forte movimento emigratório que a expansão ultramarina do mercantilismo desencadeou a partir do século XV, foram os responsáveis por um crescimento bastante modesto.

Desde a época dos descobrimentos, o crescimento populacional de Portugal vem sendo definido, sobretudo, pela maior ou menor intensidade da emigração. Crescimento demográfico elevado só existiu no curto período de 1931 a 1949, quando o surto emigratório foi estancado pela crise econômica que se abateu sobre os países receptores (Brasil e Estados Unidos). Também devem ser levados em consideração os efeitos da Segunda Grande Guerra como fatores inibidores do êxodo populacional.

Entre 1950 e 1970, a emigração, legal e clandestina, foi a grande responsável pela retração demográfica, ampliada pelo declínio da natalidade que se fez sentir já na segunda metade da década de 60.¹

Um pequeno surto de crescimento se seguiu a partir da queda da emigração em 1973 (quando a França começou a fazer restrições à entrada de estrangeiros) e, sobretudo, com a vinda dos retornados das ex-colônias que, segundo algumas fontes, seriam cerca de 700 mil em meados de 1976, já terminados os processos de independência. A década de 80 inicia um período de declínio da emigração, recuperação econômica, diminuição do desemprego e estabilização demográfica.¹

O recenseamento de 1990 apontou uma natalidade de 13 por mil; uma mortalidade de 10 por mil; uma taxa de fecundidade de 1,7 (quer dizer, 1,7 filhos, em média, por mulher em idade fértil). Aliando-se a estes dados, Portugal tem apresentado um dos menores índices de desemprego de toda a Europa o que lhe permitiu tornar-se um país de poucos emigrantes na década de noventa. Os dois fatos têm relação apenas indireta, já que os baixos índices de crescimento demográfico são devidos mais aos efeitos da emigração do que, propriamente, a transformações econômicas, ocorridas mais recentemente.

Em resumo, pode-se detectar dois nítidos "picos" no processo emigratório português, pelo menos no que diz respeito ao século XX; o primeiro nos anos anteri-

ores à Primeira Guerra Mundial; o segundo, e mais importante, desenvolveu-se a partir dos anos cinquenta, principalmente na virada dos anos sessenta para os setenta. Entre 1951 e 1960, deixaram o país 272 mil emigrantes; entre 1961 e 1970 esse número subiu para 572 mil. Estes valores dizem respeito apenas aos emigrantes legais. Calcula-se que o volume de clandestinos seja bem superior.

Desde então as cifras não param de cair e, hoje em dia, Portugal, juntamente com a Espanha, é um exemplo de país que se transformou em receptor de emigrantes idos de outras áreas, inclusive do Brasil mas, também, de Cabo Verde e de outras ex-colônias.

É interessante observar que, ao mesmo tempo que variavam os números de saída, também variavam os países de destino. Se, de início, o Brasil foi o preferido para até 90% dos emigrantes¹, como antes de 1911, daí em diante, outros países começaram a aparecer em alguma importância. Embora sem atingir as cifras do Brasil, Estados Unidos, Argentina e Venezuela figuraram como países com destaque na recepção de imigrantes portugueses. A França e a Alemanha só se destacariam tardiamente, principalmente após 1950.

A partir de 1973 (quando a França e a Alemanha começaram a restringir a imigração), os Estados Unidos foram o país que mais absorveu imigrantes portugueses, seguidos do Canadá, à frente da França e da Alemanha. O Brasil não figura entre os países mais procurados desde o

início da década de 60. A título de ilustração, pode-se demonstrar que, em 1963, esse país recebeu 8.439 imigrantes, enquanto a França já recebia 13.014, se forem contados apenas os imigrantes legais, o que, como já vimos, pode significar apenas a metade dos realmente emigrados.

Apesar de todas essas transformações, Portugal continua a ser um país marcado pelo fenômeno da emigração. São as ligações entre as famílias residentes dentro e fora do país, muitas vezes divididas; são as remessas de dinheiro enviado pelos emigrantes; são os investimentos efetuados por eles em suas terras natais. Enfim, é todo um processo de modernização da sociedade forçado por esses contatos.

A ALDEIA. O MUNDO.

Tomaremos uma pequena aldeia portuguesa, com menos de 100 habitantes em fins dos anos 40, como exemplo desse processo. Dessa aldeia, obtivemos os depoimentos de membros de uma família² que,

graças a um complexo processo emigratório, acabou por tornar-se o centro de uma intrincada rede de relações familiares, com ramificações em Lisboa, Porto, Luanda, Rio de Janeiro, São Paulo, Waterbury (EUA), Toronto, Paris e Poitiers.

A famílias "Alves" começou a constituir-se quando, em 1915, no Rio de Janeiro, casaram-se o Senhor Artur e a Dona Maria, oriundos de aldeias vizinhas no Norte de Portugal. Emigraram para o Brasil, juntamente com alguns irmãos, caracterizando-se, desde então, como famílias divididas entre as aldeias de origem e o Rio de Janeiro.

Trabalhando como empregado em açougue e como empregada doméstica, o casal residiu nessa cidade até 1922, quando retornaram à aldeia do Senhor Artur (Val-de-Casas), com um pequeno "pé-de-meia" e um filho. No Rio ficaram irmãos do casal e sobrinhos. Na aldeia compraram uma casa e pequenas parcelas de terra.

Val-de-Casas, Trás-os-Montes, Norte

de Portugal na virada da década de 40 para os anos 50. O aglomerado de casas se espalhava pela encosta do vale, de onde saíam numerosos caminhos que levavam aos campos de cultivo para onde quase todos se dirigiam diariamente. O caminho principal, com melhores condições de circulação ligava esta aldeia à vila próxima, acerca de cinco quilômetros, onde se realizavam quase todas as transações comerciais além dos compromissos sociais e oficiais (compra e venda, casamentos, missas, batizados). Na vila ficava o hospital mais próximo, o banco, o médico, etc. Até hoje, esse quadro pouco mudou.

A paisagem transmontana, bastante agreste com seus campos espremidos entre os rochedos, os vales apertados e as escassas áreas planas, demonstrava uma ocupação bastante intensiva da terra. Os vinhedos se alternavam com oliveiras, campos de cereais, frutas e pastagens.

Os camponeses eram pequenos proprietários em maioria e viviam de suas parcelas (unidades de produção pertencentes a uma mesma família, mas dispersas) que, espalhadas pelos campos da região, muitas vezes apresentavam dimensões de menos de meio hectare. Eram muito raros os proprietários que conseguiram alcançar os cinco hectares de área, depois de somadas todas as parcelas. Diversos eram parceiros ou se empregavam como diaristas eventuais em terras, muitas vezes, distantes. As casas modestas denunciavam o baixo nível de vida da maioria da população.

Baseados no agregado familiar e vivendo num regime de quase total autoabastecimento quanto a bens alimentares, restavam às unidades econômicas, excedentes muito diminutos para aquisição dos bens de equipamento e de consumo não produzidos internamente. Não se beneficiando da previdência social, estas fami-

Foto: Sidnei Dornelas

Comunidade de Portugueses na França



lias tinham ainda de acumular algumas reservas para futuras eventualidades.

No centro da aldeia, até hoje, fica a capela (onde se realizam os festejos do santo padroeiro uma vez por ano), a venda, a escola e a caixa do correio que representa a ligação com o mundo exterior, principalmente com o Brasil.

RUMO AO BRASIL

Esta ligação da aldeia com o nosso país começou a ser estabelecida, segundo nos foi relatado, no final do século XIX quando os primeiros emigrantes se dirigiram para o Rio de Janeiro "chamados" por conhecidos de aldeias vizinhas. Desde então, o fluxo foi constante, incluindo-se neste roteiro também a cidade de São Paulo. A década de 50 marcou o apogeu desse movimento e famílias se transferiram quase totalmente para nosso país. Quem vinha mandava a "carta de chamada" para parentes ou amigos. Os maridos vinham primeiro. As mulheres, vestidas de negro, verdadeiras viúvas de maridos vivos, aguardavam junto com os filhos a possibilidade de se reunir ao marido. A família "Alves" é um bom exemplo desse processo. Todos casados com homens ou mulheres de aldeias vizinhas, emigraram, primeiro os maridos, depois as esposas e filhos, deixando na "terra" apenas o Senhor Artur e Dona Maria.

É importante ressaltar que quem emigra tinha alguns recursos para bancar o deslocamento ou ter possibilidades de se endividar. Os mais pobres ficavam.

No Brasil, esses imigrantes se ocupavam de atividades de baixa qualificação, desde a agricultura até atividades urbanas ligadas ao comércio, ao transporte e à construção civil (os homens), e aos serviços de empregada doméstica, lavadeira de roupa ou costureira (as mulheres). Residiam em quartos de casas de cômodos, em "vilas" ou em morros (estes, em boa parte, ainda não ocupados pelas favelas), quase sempre tendo como vizinhos espanhóis, negros e, já na década de 50, nordestinos. Sem a barreira da língua, a integração cultural foi bastante fácil, apesar de, como todos os imigrantes, sofrerem algum tipo de preconceito, expresso nos apelidos de "galego", "burro-sem-rabo", etc. Hoje

em dia, os portugueses são mais de 400 mil somente na cidade do Rio de Janeiro e o triplo desse número no resto do Brasil, principalmente em São Paulo.

Como aconteceu com a imensa maioria dos portugueses que emigraram para o Brasil, também as cidadãos de Val-de-Casas se transferiram definitivamente para o nosso país e aqui construíram suas novas famílias, voltando à terra muito esporadicamente e apenas como visita. A década de 60 modifica todo esse panorama.

O Brasil, já apresentando um certo nível de desenvolvimento, passou a solicitar uma imigração estrangeira menos volumosa e mais qualificada. Ao mesmo tempo, os migrantes nacionais, principalmente nordestinos, eram cada vez mais direcionados para as áreas urbano-industriais do Sudeste, e não apenas para as áreas rurais.

Enquanto na década de 1951-60 o Brasil acolheu ainda 76,3% dos emigrantes lusos, a França recebeu 6,6%. Esta situação inverteu-se entre 1961-65. Nesse período, o Brasil não passou de 20,4% dos emigrantes, enquanto a França já atingia 55,4%¹. Em 1957 ainda se dirigiram ao Brasil 19.931 emigrantes e apenas 3.102 para a França; em 1964, este país já recebia 32.641 enquanto aquele recebia apenas 4.929.³

A FRANÇA, UM NOVO ELDORADO

Nessa década observava-se um espetacular crescimento econômico nos países do Centro-Norte europeu, graças aos investimentos do pós-guerra, que trouxe consigo a promoção social de suas populações e a necessidade de mão-de-obra habituada a um padrão de vida mais modesto e pouco exigente em salários, para desempenhar tarefas mais duras ou de menor produtividade. Gera-se assim uma verdadeira divisão internacional do trabalho, em que os trabalhadores pouco qualificados da orla sul e norte do Mediterrâneo vão alimentar o processo de reconstrução dos países mais ao norte. Portugal está inserido nesse gigantesco processo pela proximidade dos países receptores de mão-de-obra.¹

Para se entender os elevados números da emigração portuguesa dessa época é

preciso acrescentar aos motivos econômicos de expulsão os motivos políticos e culturais. De um lado o apoio conseguido nos países de destino por familiares ou amigos lá radicados, certos aspectos psicológicos¹ e a tradição de sair de sua terra, criaram uma espécie de "cultura emigratória". Do outro, a ditadura salazarista repressora, provocadora de sangrenta guerra colonial, afastava todos que, para fugir do serviço militar, optavam pela emigração clandestina.

A emigração para a França oferece a vantagem de uma viagem rápida e pouco dispendiosa; assegura uma certa estabilidade no trabalho, garantida pelos contratos assinados, além de remuneração compensadora; as autoridades francesas permitem a transferência legal dos rendimentos (30% dos salários mensais para os solteiros e 60% para os casados ou tendo filhos a seu cargo); o trabalhador pode, dada a proximidade do país, visitar a família pelo menos uma vez por ano ou fazer-se por ela visitado.³ Além disso, a esposa, frequentemente, parte junto com o marido. Vestidas de negro, nas aldeias, só as mulheres idosas, realmente viúvas.

Na França os portugueses têm se concentrado na periferia de Paris (Champigny, Nanterre, Aubervilliers, Colombes) e nos melhores bairros da cidade (Rive Gauche, ao redor do Bois de Boulogne e do Arco do Triunfo) onde trabalham e moram nos empregos^{3 e 7}. Fora de Paris concentram-se em Poitiers, Lille, Bordeaux e Clermont-Ferrand. Em Colombes conversamos com um membro da família "Alves" que nos mostrou alguns aspectos da vida desses imigrantes⁴. Há vinte anos ele e a esposa dividem seu tempo de trabalho entre Portugal e França.

Os franceses descobriram o trabalhador português no final dos anos 50 e, principalmente, nos anos 60 quando os italianos escasseavam (envolvidos no próprio processo de recuperação econômica), quando os espanhóis preferiram a Alemanha e quando os argelinos, após a independência começaram a retornar a seu país. Os lusos foram recebidos de braços abertos pelo empresariado francês apavorado com a falta de mão-de-obra. No final dos anos 60, já havia na periferia de Paris grande quantidade de trabalhadores portugueses,

aplicados, dóceis, sem noção de sindicatos ou de outros direitos que não fosse trabalhar, capaz de dormir no chão em barracos com muitos outros trabalhadores, sem exigências, que trabalhava das 7 da manhã às 11 da noite, mas que recebia um salário compensador capaz de sustentar seus gastos mínimos e mandar para a família a maior parte do salário.

Em Paris protestava-se contra as precárias condições de vida dos trabalhadores portugueses e contra a exploração a que eram submetidos. A ditadura salazarista alarmava-se pois constava que circulavam em língua portuguesa jornais de doutrina marxista. Havia notícias de uma influência comunista acentuada nos núcleos de trabalhadores portugueses dos arredores de Paris.³ A máquina do Estado português movimentou-se para assinar um acordo de trabalho com a França, o que só foi conseguido em 4 de agosto de 1963.

As remessas financeiras desses imigrantes têm constituído a maior fonte de receita de Portugal nas últimas décadas e só recentemente esta situação se modificou. Os investimentos têm sido feitos em bens supérfluos ou de ostentação, em boa parte importados. Mas também se investiu na compra de terras, na melhoria das habitações, agora chamadas de "casas dos franceses" (mais um objeto de ostentação, já que, nas aldeias, construíram-se verdadeiras "vivendas" com todas as comodidades da vida moderna). É assim que se encontra Val-de-Casas. Os velhos predominam na população local; a escola fechou. As poucas crianças que existem são recolhidas pela manhã diariamente por um ônibus do estado e levadas à escola da vila próxima onde ficam o dia inteiro. A iluminação pública, o asfalto e, sobretudo, as residências confortáveis, cobertas de telhas, em granito ou tijolo revestido, pintadas de branco ou azul, com cozinhas e banheiros modernos e persianas demonstram uma mudança radical da paisagem. Os campos, em grande parte sem produzir, têm cultivos mecanizados e trabalhadores eventuais, bem pagos, na época da colheita.

Por outro lado, um dos aspectos mais importantes do significado que assume a emigração é o seu caráter "estabilizador". A emigração é um paliativo, deixa tudo como está, ou melhor, permite que fique

tudo como está. Ocorre uma modernização conservadora sustentada pelo muito dinheiro que vem. Pouco se investe para aperfeiçoar explorações agrícolas ou criar unidades industriais de dimensão razoável.¹ O próprio emigrante que volta com dinheiro é também um elemento conservador, incapaz de contestar a conjuntura que o fez partir e desejoso de nela assumir lugar mais relevante.

Na França os portugueses, desde 1975, constituem a maior comunidade estrangeira, com mais de 700 mil indivíduos⁵; são menos desempregados do que os magrebinos, os turcos, os asiáticos e, até mesmo, que os franceses⁵. Hoje em dia, os portugueses, são considerados os imigrantes preferidos na França⁶. São cada vez mais numerosos na indústria e tendem a monopolizar os postos qualificados de trabalho na construção civil. O número crescente de casamentos com franceses, as aquisições da nacionalidade francesa, a taxa de fecundidade das mulheres portuguesas que, cada vez mais, se alinha à das francesas, são evidências dessa integração. Os anos de penúria, frequentemente passados nas "bidonvilles" parecem estar superados⁶.

É claro que não se pode desvincular este "caso de amor" entre franceses e portugueses do recrudescimento da xenofobia na sociedade francesa, voltada, sobretudo, contra os árabes e negros. Os portugueses são apontados como exemplo de imigrante que conseguiu se integrar com sucesso à sociedade francesa. Trabalhadores, obedientes, discretos, brancos, europeus, religiosos, católicos,⁸ funcionam como imigrantes preferidos em relação aos demais que, atualmente, sofrem uma série de limitações, num processo de crescente exclusão social, política e econômica. Além disso, os portugueses deixaram de emigrar, o que limita o número dos que vivem na França, e não assusta a sociedade francesa com uma "maré de invasores", como se alardeia, principalmente nos partidos de direita, quando se referem aos imigrantes.

UMA VOLTA NA HISTÓRIA

A entrada de Portugal na União Europeia, em 1986, mudou inteiramente o panorama migratório. Os grandes investi-

mentos provenientes da Comunidade contribuem para o crescimento econômico (o maior dentre os Doze no início dos anos 90) e para a diversificação da produção, principalmente nos componentes para a indústria automobilística e eletrônica⁶.

As transformações dos últimos quinze anos tornaram Portugal, como os outros países da Comunidade Europeia (com exceção da Irlanda), em país de imigração, reproduzindo a sua sociedade os mesmos preconceitos contra os "de fora" que os outros países mais ricos apresentam, e até recentemente apresentavam também com relação aos portugueses.

Val-de-Casas, a família "Alves" e Portugal tornaram-se relativamente prósperos quando comparados com a situação vigente na maioria dos países pobres, mas parece que não aprenderam a lição que a história da emigração lhes deveria ter ensinado. O governo português, seguindo orientação dos "ricos" da Comunidade Europeia, não mantém os compromissos assumidos em convênios internacionais e tratados bilaterais como, por exemplo, os que assinou com o Brasil em décadas passadas, que garantiriam um tratamento de reciprocidade aos cidadãos dos dois países, traduzida na igualdade de direitos e um tratamento privilegiado frente aos outros países. Este fato reforça a idéia de que, quem recebe imigrantes, está numa situação de poder, assumindo, muitas vezes, a mesma posição discriminatória que antes condenava, quando voltada contra seus compatriotas.

* João Rua é mestre em Geografia Humana pela USP e Professor dos Departamentos de Geografia da PUC-Rio e da UERJ.

NOTAS E BIBLIOGRAFIA

- 1- Medeiros, Carlos Alberto. **Portugal, esboço breve de Geografia Humana**. Editora Prelo, Lisboa, 1978.
- 2- Entrevista com membros da família realizada no Rio de Janeiro em junho de 1994.
- 3- Rocha, Nuno. **França, a emigração dolorosa**. Editora Ulisseia, Lisboa, 1965.
- 4- Entrevista com o senhor Avelino "Alves" em Paris em janeiro de 1994.
- 5- Bernard, Philippe. **L'Immigration**. Le Monde Editions, Paris, 1993.
- 6- Jornal **Le Monde** de 3/1 e de 4/2, Paris, 1992.
- 7- Suplemento World Media - Planeta em Movimento. **Folha de São Paulo**, 20/7/91.
- 8- Dornelas, Sidnei Marco. Os imigrantes portugueses e a devoção de Fátima em Paris, in **Travessia** nº 19, CEM, São Paulo, 1994.